

Capítulo 10

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E RELIGIÃO: UMA DISCUSSÃO DO USO PÚBLICO DE ESPAÇOS SAGRADOS

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/tur10>

Arlon Cândido Ferreira

Luiz Renato Vallejo

Múcio do Amaral Figueiredo

Leonardo Cristian Rocha

Gabriel Pereira

VOLTAR AO SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, as práticas de proteção territorial tiveram o propósito de resguardar características ambientais e/ou culturais. Com o passar dos anos e a agregação de novas propostas de proteção, essas áreas passaram a ser destinadas também à visitação e uso sustentável dos recursos naturais, além de atender aos objetivos de preservação. Dessa forma, ampliou-se o seu papel social (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1996). No Brasil, com a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000), foram estabelecidas 12 (doze) categorias de Unidades de Conservação (UC), que apresentam diretrizes para a sua utilização pública, restringem e orientam as formas de uso de cada tipo de UC.

Com a promulgação do SNUC, tornou-se fundamental a elaboração de Planos de Manejo, que são instrumentos capazes de assinalar as potencialidades e fragilidades de cada UC, suas necessidades de proteção e suas possibilidades de uso para diversos fins, inclusive o uso público (RAIMUNDO *et al.*, 2011). Dentre as diversas ações discutidas no Plano de Manejo, o Programa de Uso Público – PUP¹ é um dos componentes essenciais para discutir o uso público e deve ser inserido no planejamento da UC para garantir maior eficiência na administração e no manejo da área (IBAMA, 2002).

Takahashi (2004, p. 25), define o programa de uso público como:

(...) um dos componentes do plano e manejo, devendo estar inserido no planejamento total da unidade para garantir maior eficiência na administração e no manejo da área. Planos de Uso Público, em Unidades de

¹ Documento técnico não-normativo e essencialmente programático que contempla as estratégias, diretrizes e prioridades de gestão, com o objetivo de estimular o uso público, orientar o manejo, aprimorar as experiências e diversificar as oportunidades de visitação em Unidades de Conservação. O PUP pode ser complementado por projetos e protocolos relacionados ao uso público, tais como: projeto interpretativo, protocolo de gestão de segurança, projeto de manejo de trilhas, modelagens para suporte à delegação de serviços de apoio à visitação, entre outros que, após aprovados, são automaticamente incorporados ao portfólio do PUP. Havendo necessidade de normas específicas de uso público, elas deverão ser tratadas em atos normativos (ICMBIO, 2019).

Conservação que não possuem plano de manejo, estão sujeitos a riscos e limitações (TAKAHASHI, 2004, p. 25).

O Plano de Uso Público pressupõe a perspectiva de produtos de planejamento, especialmente considerando que as demandas de planejamento de uso público são variadas dentro de diferentes categorias e realidades das UC. Enquanto algumas UC necessitam de apenas um plano simplificado² para estimular e ordenar o seu uso, outras carecem de estudos mais aprofundados e complexos para conhecer as condições ambientais da unidade (CREMA; FARIA, 2019).

O uso público pode ser dar de várias formas e engloba toda atividade que pode ser desenvolvida na UC, dependendo, obviamente, de sua categoria e zoneamento. Podem ser atividades turísticas, visitas educativas, educação ambiental, pesquisa, entre outros (CASES, 2012). Porém, a carência de estudos que caracterizam o perfil do usuário na grande maioria das UC é um fator que deve ser levado em consideração no planejamento do uso público (OLIVEIRA *et al.*, 2017). Há de que se considerar, também, que no Brasil as três esferas de governo adotam em instrumentos legais várias terminologias referentes ao uso público em UC (PESSOA; RABINOVICO, 2010; PASSOLD; KINKER, 2010).

Ao refletirmos sobre as UC, as possibilidades e uso público tornam-se importantes objetos de análise, pois são consideradas essenciais para a sua gestão. É através da consideração do uso racional, seguro e pouco impactante que os gestores terão possibilidades de efetivar as ações contidas nos planos de manejo (CUNHA; COELHO, 2017, p. 43).

2 Documento técnico simplificado que atende às demandas de uso público para UC com menor demanda ou complexidade de visitação. Deve focar minimamente na construção de um espaço estratégico de uso público e orientar o desenvolvimento de atividades básicas, como atividades com fins educacionais, caminhada, observação de aves, entre outros (ICMBIO, 2019).

BREVE REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE USO PÚBLICO

Segundo Barros (2003), uma das motivações para a criação de UC cuja categoria prevê a visitação e o uso público é possibilitar o acesso das pessoas nas áreas naturais. Barros (2003), ainda, elucida:

Acredita-se que o contato com a natureza traga muitos benefícios aos indivíduos e as áreas protegidas podem desempenhar um importante papel de formadores de consciência ambiental, quando o indivíduo estabelece uma relação participativa com elas. Neste momento, a natureza deixa de ser um ambiente estranho para tornar-se espaço de desenvolvimento pessoal, aproximando-se da sociedade e, portanto, de suas ações (BARROS, 2003, p.5).

Raimundo (2020), descreve que:

(...) as UC devem proporcionar ao usuário as atividades de (re) encontro ou (re) ligação com a natureza, proporcionando sensibilização e entendimentos sobre as características naturais e às vezes culturais da área, contribuindo, assim para ações de conservação da natureza (RAIMUNDO, 2020, p. 115).

No Brasil, a definição de uso público está associada ao processo de visitação das áreas protegidas podendo se manifestar como atividades educativas, de lazer, esportivas, recreativas, científicas e de interpretação ambiental, que proporcionam ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e culturais existentes (MMA, 2005).

Na mesma direção, Pimentel (2015), afirma que:

(...) O uso público pode ser conceituado como uso indireto dos recursos naturais que se dá sob as diferentes

formas de visitação de uma Unidade de Conservação e, portanto, deve ser sempre orientado pelos preceitos da sustentabilidade e mitigação de seus impactos (p. 23).

Complementando, Milano (2001), descreve:

O uso público define e indica as atividades a serem desenvolvidas numa Unidade de Conservação, estabelecendo as normas e diretrizes para sua execução, vinculadas ao componente educativo para estimulação do aprendizado e “não o simples entendimento” (p. 11).

Apesar dos conceitos acima destacarem diversos tipos de usos públicos em UC, Hendee *et al.* (1990 *apud* BARROS, 2003; VALLEJO, 2013), apresenta as categorias de usos em áreas protegidas, com base nas distintas motivações:

- uso Público Recreativo: quando os visitantes praticam a recreação (esportes, diversão e cultura) durante o tempo livre (lazer). Esse tipo de uso é o que envolve o maior número de visitantes em uma UC;
- uso Público Comercial: exploração realizada através de empresas e guias de turismo, meios de hospedagens, alimentação e venda de produtos;
- uso Público Científico: talvez um dos mais importantes para a UC, pois estes servem aos estudos em um ambiente pouco modificado. Neste caso, os pesquisadores podem ser considerados visitantes;
- uso Público Educacional: para as viagens de campo acadêmicas e demais programas de educação e interpretação ambiental, as áreas naturais protegidas têm um papel importante no desenvolvimento de processos educativos;
- desenvolvimento Pessoal: programas que utilizam a natureza e a

aventura no desenvolvimento de valores de autoconfiança, trabalho em grupo, comunicação e liderança. Incluem-se nesta classe as atividades de desenvolvimento espiritual e religioso.

Apesar do conceito de uso público ser polissêmico e consagrado ao olhar de diversos autores e estudiosos da temática, a expressão carece de estudos mais aprofundados na doutrina jurídica brasileira. Silva Neto (2012), relata que os trabalhos existentes sobre o assunto se limitam a abordagem dos aspectos técnicos e operacionais, e pouco contribuem para o conhecimento jurídico existente sobre o tema, sendo necessária a busca por um marco normativo e regulamentar da matéria, ainda carente de legislação própria.

ESPAÇOS SAGRADOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BRASILEIRAS

Os seres humanos utilizam as áreas protegidas de muitas maneiras diferentes, tais como: recreação, oportunidades de turismo, uso educacional e/ou comercial, religioso, entre outros (SERMINENTO *et al.*, 2015). Quanto ao uso religioso, é possível observar que diversas tradições religiosas praticam na natureza seus rituais, entre os quais podemos citar os cultos Indígenas/Xamânicos, da Umbanda, do Candomblé, do Budismo, do Hinduísmo, do Daime, da Wicca, dos Druidas/Celta, da Tradição Cigana e até mesmo dos Neopentecostais. Essas religiões recorrem, especialmente, a espaços de áreas protegidas e UC que possuem clareiras, rios, córregos, cachoeiras, lagos, cavi- dades, cachoeiras, matas, vertentes, formações rochosas e pedreiras, porque reconhecem esses elementos naturais como ambientes sagrados e propícios para a comunicação com suas divindades (COSTA, 2008).

Conexão esta que remonta aos primórdios da história humana, durante a qual as pessoas se beneficiam dos recursos naturais e com eles entre- meia rituais e mitos. Gonçalves (2008), salienta que:

para cada fenômeno natural havia um deus, uma entidade responsável e organizadora da vida no planeta: o deus sol, da Terra, dos ventos, das chuvas, dos rios, das pedras, das plantações, dos raios e trovões etc. (p. 8).

Eliade (1992), relaciona os santuários babilônicos às montanhas cósmicas e à sua função de “ligação” entre a terra e o céu, testemunhados nos próprios nomes das torres dos santuários: “Monte da Casa”, “Casa do Monte e todas as Terras”, “Monte das Tempestades”, “Ligação ente o Céu e a Terra” etc. Bernbaum (1997), acrescenta que, para muitos, a natureza representada pelo Jardim do Éden simboliza o estado natural de liberdade e que nas culturas orientais, pinturas de paisagens de montanhas e rios evocam o Dao – o espírito da realidade que flui através da natureza. Assim, a natureza tem marcado presença nas manifestações religiosas e culturais desde as comunidades mais primitivas até as sociedades mais desenvolvidas, sejam elas cultos e divinizações dos elementos da natureza ou religiões organizadas com deuses complexos e antropomorfizadas (MACHADO, 2014).

Schaaf (2002), relata que no Planeta existem diversos espaços sagrados situados

em áreas protegidas nos mais diferentes ambientes naturais. A conservação desses locais, além da sua importância para as diversas religiões, pode auxiliar na proteção dos recursos quando usados de maneira sustentável.

Algumas entidades internacionais têm trabalhado no sentido do reconhecimento dessas áreas, atribuindo importância a esses espaços sagrados para a conservação da natureza, como destaca Kothari *et al.*, (2013):

- IUCN – *Word Commission on Protected Areas*
 - (WCPA) *Specialist Group on Cultural and Spiritual Values of Protected Areas*
- *Sacred Natual Sites Initiative*

- *Delos Initiative on sacred natural sites and cultural landscapes in technologically developed societies*
- *Ramsar Culture Network*
- *World Heritage Centre*
- *Alliance for Religions and Conservation*
- *Forum on Religion and Ecology*
- *Ambridge Centre for Landscape and People, a focal point for research on the cultural and spiritual values of landscape and nature*
- *Sacred Land Film Project*
- *The WILD Foundation*
- *Community Management of Protected Areas Conservation Programme (COMPACT).*

No Brasil, historicamente, a conservação da natureza por meio de áreas protegidas foi conduzida, orientada e, às vezes, controlada, por ideais do mundo ocidental, deixando de lado os valores culturais e espirituais de comunidades e seu não envolvimento no processo de criação dessas áreas. Apesar das áreas protegidas brasileiras serem legalmente instituídas com o objetivo de proteger o ambiente, costuma-se desconsiderar a pessoa humana como elemento do sistema natural, proibindo qualquer tipo de utilização que não seja previsto em lei (I – realização de pesquisas científicas; II – desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental; III – de recreação em contato com a natureza e IV – de turismo ecológico) (KLOSKE; CORRÊA, 2014).

Apesar da legislação não levar em consideração que os recursos naturais nas UC possam ser utilizados como espaços sagrados, verifica-se que a proteção legal caminhou a passos mais largos que a proteção da cultura religiosa, a qual conta com diplomas legais mais recentes. O trabalho de Fernandes-Pinto (2017), demonstra a importância desses espaços sagrado e, conseqüentemente, de seu uso público dentro de UC brasileiras. No seu inventário foram cadastradas 79 UC, sendo 33 federais, 32 estaduais e 14

municipais, que possuem em seu território algum tipo de espaço sagrado, que pode ser utilizado para a prática de uma ou mais matrizes religiosas, conforme os quadros 1, 2 e 3 abaixo:

Quadro 1: Unidades de Conservação federais com registro de espaços sagrados e/ou usos religiosos

Unidade de Conservação	Estado	Matriz Religiosa	Espaços Naturais Sagrados
Parque Nacional do Iguaçu	PR	Catolicismo; Religiões alternativas; Indígena.	Cataratas do Iguaçu; Sítios Arqueológicos.
Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange	PR	Catolicismo.	Morro do Escalvado ou da Cruz.
Parque Nacional dos Campos Gerais	PR	Catolicismo.	Buraco do Padre.
Parque Nacional da Serra da Bocaina	RJ/SP	Não Identificado.	Trilha do Ouro.
Parque Nacional da Tijuca	RJ	Catolicismo; Neopentecostalismo; Matriz Afro-brasileira; Filosofias Orientais; Religiões Alternativas; Indígena.	Morro do Corcovado; Pico da Tijuca; Pedra da Gávea; Pico do Andaraí; Monte Covanca-Preto Forros; Cachoeira do Pai Antônio; Cascatinha Taunay; Caminho de Oxum; Mata do Pai Ricardo; Águas Férreas; Matas.
Parque Nacional da Serra dos Órgãos	RJ	Catolicismo; Neopentecostalismo; Matriz afro-brasileira.	Dedo de Deus; Agulha do Diabo, Matas.
Parque Nacional da Serra do Caparaó	MG/ES	Catolicismo; Religiões Alternativas.	Pico da Bandeira/Montanha Sagrada; Caminho da Luz.
Parque Nacional da Serra do Cipó	MG	Religiões Alternativas.	Serra do Cipó; Alto da Lapinha.
Parque Nacional Cavernas do Peruaçu	MG	Indígena.	Lapa do Rezar; Sítios Arqueológicos Indígenas.
Parque Nacional da Serra da Canastra	MG	Catolicismo.	Nascente do Rio São Francisco.
Parque Nacional Grande Sertões Veredas	MG	Catolicismo.	Roteiro de Cavalgada Religiosa.
Parque Nacional de Brasília	DF	Matriz Afro-Brasileira.	Diversos.

Continua...

TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS
Thaise Sutil | Nilzo Ivo Ladwig | José Gustavo Santos da Silva

Continuação.

Unidade de Conservação	Estado	Matriz Religiosa	Espaços Naturais Sagrados
Parque Nacional Chapada dos Veadeiros	GO	Religiões Alternativas.	Diversos.
Parque Nacional da Chapada dos Guimarães	MT	Diversas.	Morro do Japão.
Parque Nacional de Ubirajara	CE	Catolicismo.	Gruta do Ubajara.
Parque Nacional Sete Cidades	PI	Religiões alternativas.	Diversas formações rochosas.
Parque Nacional Chapada Diamantina	BA	Matriz Afro-Brasileiras; Religiões Alternativas.	Morro do Pai Inácio; Vale do Paty.
Parque Nacional Serra de Itabaiana	SE	Catolicismo.	Serra de Itabaiana; Caminho da Procissão.
Parque Nacional de Jericoacoara	CE	Religiões Alternativas.	Praias; Morro do Farou ou Serrote.
Parque Nacional da Amazonas	AM/PA	Catolicismo.	Caminho da Peregrinação.
Reserva Biológica Tinguá	RJ	Matriz Afro-Brasileira.	Montes; Matas; Cachoeiras.
Área de Proteção Ambiental Carste Lagoa Santa	MG	Matriz Afro-Brasileira.	Gruta da Macumba; Gruta do Feitiço.
Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca	SC	Religiões Alternativas; Catolicismo.	Montanhas Encantadas; Gruta da Madre Paulina; Roteiros de Procissões Marinhas.
Área de Proteção Ambiental das Bacias do São Bartolomeu	DF	Religiões Alternativas.	Vale do Amanhecer; Morro Salve Deus, Lago de Yemanjá.
Área de Proteção Ambiental do Planalto Central	DF	Catolicismo.	Morro da Capelinha; Caminhos de Procissões.
Área de Proteção Ambiental Chapada do Araripe	PI	Catolicismo.	Colina do Horto; Chapada do Araripe.
Floresta Nacional do Purus	AC	Religiões Alternativas	Mata; Plantas de Poder; Céu do Mapiá.
Floresta Nacional de Brasília	DF	Matriz Afro-Brasileira.	Matas; Rios.
Reserva Extrativista de Cururupu	MA	Religiões Alternativas	Ilha dos Lenções; Dunas; Manguezais; Praias; Lugares de Encantados.
Reserva Extrativista do Taim	MA	Matriz Afro-Brasileira	Local onde foi encontrada imagem de Nossa Senhora.
Reserva Extrativista Baía de Iguape	BA	Matriz Afro-Brasileira.	Terreiros nos Manguezais; Baobás.
Reserva Extrativista Arapixi	AM	Religiões Alternativas.	Mata; Planta do Poder.
Reserva Extrativista Alto Tarauacá	AC	Religiões Alternativas.	Mata; Plantas do Poder.

Fonte: Fernandes-Pinto (2017).

Quadro 2: Unidades de Conservação estaduais com registro de espaços sagrados e/ou usos religiosos

Unidade de Conservação	Estado	Matriz Religiosa	Espaços Naturais Sagrados
Parque Estadual Serra da Baitaca	PR	Catolicismo.	Morro do Anhangava; Morro da Samambaia.
Parque Estadual do Monge	PR	Catolicismo.	Gruta do Monge; Serra do Monge; Pedra Partida; Olhos d'água.
Parque Estadual de Campinhos	PR	Catolicismo.	Abismo das Fadas; Gruta das Fadas; Gruta dos Jesuítas; Portal Encantado.
Parque Estadual Turístico do Alto Ribeiro	SP	Catolicismo.	Caverna de Santana; Caverna do Diabo.
Parque Estadual da Pedra Branca	RJ	Catolicismo; Neopentecostalismo; Matriz Afro-Brasileira; Indígena; Religiões Diversas (Santo Daime, União do Vegetal).	Figueira; Diversos.
Parque Estadual da Serra da Tiririca	RJ	Neopentecostalismo; Matriz Afro-Brasileira; Catolicismo.	Morro; Matas.
Parque Estadual da Ilha Grande	RJ	Matriz Afro-Brasileira; Catolicismo.	Não especificado.
Parque Estadual dos Três Picos	RJ	Matriz Afro-Brasileira.	Não especificado.
Parque Estadual Serra da Condição	RJ	Matriz Afro-Brasileira.	Não especificado.
Parque Estadual do Cunhambebe	RJ	Matriz Afro-Brasileira.	Não especificado.
Parque Estadual da Costa do Sol	RJ	Matriz Afro-Brasileira; Catolicismo; Religiões Alternativas (Santo Daime).	Não especificado.
Parque Estadual do Mendanha	RJ	Matriz Afro-Brasileira.	Não especificado.
Parque Estadual da Lagoa do Açu	RJ	Matriz Afro-Brasileira.	Não especificado.
Parque Estadual da Pedra Seleta	RJ	Filosofias orientais (Budismo); Catolicismo, Religiões Alternativas (Santo Daime).	Pico da Serra Pelada.

Continua...

Continuação.

Unidade de Conservação	Estado	Matriz Religiosa	Espaços Naturais Sagrados
Parque Estadual da Pedra Azul	ES	Religiões Alternativas.	Pedra Azul.
Parque Estadual da Serra do Papagaio	MG	Religiões Alternativas.	Circuito de Montanhas Mágicas da Serra da Mantiqueira; Pico do Papagaio; Vale do Matutu.
Parque Estadual da Pedra da Boca	PB	Catolicismo.	Gruta Pedra da Santa (ou do Letreiro), Santuário.
Parque Estadual Terra Ronca	GO	Catolicismo.	Cavernas; Terra Ronca I e II
Parque Estadual dos Pirineus	GO	Catolicismo; Religiões Alternativas.	Serra dos Pirineus; Rio das Almas.
Parque Estadual das Araras	GO	Catolicismo.	Serra das Araras; Trilha do Peregrino; Gruta do Coração.
Parque Estadual do Jalapão	TO	Neopentecostalismo.	Praia dos Crentes.
Parque Estadual Paulo César Vinhas	ES	Catolicismo.	Caminho dos Passos de Anchieta.
Parque Estadual da Serra Azul	MT	Religiões Alternativas.	Caverna dos Pezinhos.
Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas	PA	Catolicismo.	Casa de Pedra; Abrigo Santuário.
Parque de Uso Múltiplo Vale do Amanhecer	DF	Religiões Alternativas.	Vale do Amanhecer.
Estação Ecológica Juréia-Itatins	SP	Catolicismo; Espiritismo.	Caminho de Procissão.
Monumento Natural Serra da Piedade	MG	Catolicismo.	Santuário Nossa Senhora da Piedade; Serra da Piedade.
Monumento Natural dos Monólitos de Quixadá	CE	Catolicismo.	Serra do Urucum.
Área de Proteção Ambiental Lagoas e Dunas do Abaeté	BA	Matriz Afro-Brasileira; Neopentecostalismo.	Lagoa do Abaeté.
Área de Proteção Ambiental Estadual da Lapa dos Brejões – Veredas do Romão Gramacho	BA	Catolicismo.	Lapa dos Brejões.
Área de Proteção Ambiental Estadual da Lagoa Encantada e Rio Almada	BA	Matriz Afro-Brasileira.	Lagoa Encantada.
Área de Relevante Interesse Ecológico Serra do Orobó	BA	Catolicismo.	Serra do Orobó.

Fonte: Fernandes-Pinto, 2017.

Quadro 3: Unidades de Conservação municipais com registro de espaços sagrados e/ou usos religiosos

Unidade de Conservação	Estado	Matriz Religiosa	Espaços Naturais Sagrados
Parque Monge João Maria	Porto União/SC	Catolicismo.	Fontes de Água e Grutas.
Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo	São Paulo/SP	Catolicismo; Neopentecostalismo; Matriz Afro-Brasileiras.	Diversos.
Parque Natural Municipal da Cultura Negra Sítio da Candinha	Guarulhos/SP	Matriz Afro-Brasileira.	Diversos.
Parque Ecológico Ermida Dom Bosco	Brasília/DF	Catolicismo; Neopentecostalismo.	Ermida; Lago Paranoá.
Parque das Águas	São Lourenço/MG	Catolicismo; Religiões Alternativas.	Fontes.
Parque da Cascata de Sete Lagoas	Sete Lagoas/MG	Catolicismo.	Serra de Santa Helena; Caminho de Procissão; Cruzeiro; Capela.
Parque Metropolitano de Pituçu	Salvador/BA	Matriz Afro-Brasileira.	Pituçu.
Parque Metropolitano do Abaeté	Salvador/BA	Matriz Afro-Brasileira; Neopentecostalismo.	Lagoa do Abaeté.
Parque Municipal São Bartolomeu	Salvador/BA	Matriz Afro-Brasileira.	Cachoeira de Oxumaré; Cachoeira de Oxum; Cachoeira de Nanã; Matas.
Parque Dique do Tororó	Salvador/BA	Matriz Afro-Brasileira.	Lago.
Parque Natural Municipal Jardim Jurema	São João de Meriti/RJ	Matriz Afro-Brasileira.	Matas.
Parque Municipal Água Santa	Água Santa/MG	Catolicismo.	Gruta das Duas Fontes.
Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca	Rio de Janeiro/RJ	Religiões Alternativas; Indígena.	Pão de Açúcar.
Reserva Florestal do Grajaú	Rio de Janeiro/RJ	Religiões Alternativas.	Pico do Andaraí.

Fonte: Fernandes-Pinto, 2017.

Apesar das informações levantadas sobre o uso público religioso em UC brasileiras, o modelo de proteção tem dado atenção aos espaços naturais intocados (*Wildness*), desconsiderando o uso público religioso como parte do

meio. A proibição da utilização desses espaços, que não leva em consideração as identidades com o lugar, a sua memória coletiva e de pertencimento desenvolvidos ao longo do tempo, tem prevalecido nas políticas de proteção da natureza (KLOSE; CÔRREA, 2014). O uso público religioso em UC permite promover a percepção integrada do ambiente, na medida em que estimula a visão articulada dos aspectos ecológicos, sociais, econômicos, culturas e religiosos, e contribui para o reconhecimento da diversidade como componente da realidade social presente em diferentes culturas, etnias, formas de vida, escolhas, valores etc. (BARROCO, 2012; BENSUSAN, 2014).

CONFLITOS DECORRENTES DO USO PÚBLICO RELIGIOSO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Na contemporaneidade, a criação de área protegidas é considerada uma das mais importantes estratégias de conservação da natureza. Nas últimas décadas, relevantes acordos vêm sendo firmados com vistas a ampliar em nível global a representatividade dessa rede, impulsionando a criação de novas áreas (FERNANDES-PINTO, 2017). Entretanto, esse processo vem sendo acompanhado também de críticas crescentes ao modelo de proteção ambiental, em razão dos custos sociais da sua implementação e aos questionamentos quanto à sua real eficácia (BENSUSAN, 2014; DUDLEY, 2014). Além disso, os conflitos decorrentes dos processos são, muitas vezes, impositivos, implantados e, não raramente, ignoram a presença de povos nativos, bem como os usos pré-existent do território e dos seus recursos naturais (DIEGUES, 2007).

Esses desacordos apresentam-se diversos e ocorrem entre diferentes atores. Podem ser decorrentes da ênfase dada à proteção dos ecossistemas e espécies (TERBORGH, *et al.*, 2002; BENSUSAN, 2006; DOUROJEANNI; PÁDUA, 2007) ou resultarem de fatores de exclusão social, cultural e/ou outras relações sociais (DIEGUES, 1994; GUAH, 2000; PATTANAIK, 2007; SUASSUNA, 2007; MARTINÉZ ALIER, 2012). No Brasil, a análise desses conflitos socioambientais pode ser feita considerando cinco aspectos, conforme

sugerido por Nascimento (2001); Theodora (2005) e Moreira (2018): natureza do conflito; atores envolvidos; campo de conflito; objetivo do conflito; dinâmica do conflito.

A questão do conflito do uso público e, particularmente, do uso público religioso, coloca em debate os diferentes perfis de usuários das UC. Para entender o conflito relacionado ao uso da natureza para fins religiosos, é preciso compreender que a relação homem-natureza envolve diversas dimensões, as quais podem ser manifestar através de cânticos, preces, orações, danças, vivências e rituais diversos, como a oferta de presentes (VIEIRA *et al.*, 1997). Nesse caso, é fundamental o uso público, a fim de viabilizar a manutenção das práticas e modos de vida próprios, para a conservação de suas identidades culturais e para a perpetuação de suas culturas.

Porém, não se vê no Brasil uma única UC na qual os espaços sagrados foram reconhecidos e legalmente registrados, excetuando as situações de usos informais do território. O que se observa no país são tensões envolvendo o uso público religioso e as UC, quando alguns gestores relatam que o não entendimento das populações locais quanto aos objetivos da conservação dessas áreas podem ter impactos negativos na conservação do meio ambiente; considerando que muitas oferendas utilizadas nas manifestações religiosas permanecem na natureza, poluem as águas de rios, cachoeiras, interferem na beleza cênica da paisagem, entre outros. Costa (2008):

De fato, as comidas e carcaças, de animais servem de pontos de disseminação de vetores: as velas acesas matam as árvores e contribuem para ocorrência de incêndios florestais; as louças, garrafas e copos deixados nos locais quebram-se com facilidade, poluem águas e matas e colocam em risco a vida de frequentadores e fauna local, sem considerar as embalagens que constantemente descartadas no meio ambiente local, seja por má educação ou ausência de coletores de lixo (COSTA, 2008).

Maciel e Gonçalves (2017) assinalam que também se identifica outra série de práticas, tais como orações em voz alta, jejuns, batismos nas águas, queima de pedidos de oração em rochas, aterramento de recipientes de azeite, entre outras atividades que causam algum tipo de impactos nas UC.

Nessa conjuntura, é possível se observar que no Brasil esses conflitos são cotidianos, agravados pela inação das instituições responsáveis por promover movimentos que estreitem os elos entre a diversidade natural e a diversidade cultural do país (FERNANDES-PINTO, 2017).

ALGUNS EXEMPLOS DE GESTÃO DOS ESPAÇOS SAGRADOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

O Brasil é, sem dúvida, um dos países com maior riqueza natural no mundo, distribuída por uma vasta dimensão territorial e variedade de ambientes terrestres e aquáticos. Estima-se que o nosso país registre 40% das florestas tropicais e 14% das espécies de plantas e animais de todo o planeta (LEWINSOHN; PRADO, 2005). Aliado à sua exuberância natural, o Brasil também abriga uma expressiva pluralidade social – representada por povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombolas e outras populações tradicionais; além de uma diversidade religiosa com mais de 40 grupos registrados, seguidores de diferentes modos de fé: católica, evangélica, espírita, candomblé, umbanda, judaísmo, islamismo, hinduísmo, budismo, entre outras; o que revela uma diversidade cultural tão rica quando a sua natureza.

Apesar da amplitude religiosa, e diferentemente do que acontece em outros países, ainda há uma disparidade na realidade brasileira quando à proteção do meio ambiente e ao seu uso para manifestações espirituais. Esses espaços sagrados, que se constituem em cenários de recorrentes manifestações de religiosidade, podendo ser encontrados em diversos contextos geográficos e culturais em todas as regiões brasileiras.

O que é possível constatar no Brasil, é que as iniciativas de salvaguarda desses territórios através de políticas públicas são pontuais e delineadas quase

que exclusivamente a partir de instrumentos que versam sobre direitos e preservação cultural. As informações sobre esse tema são escassas, tanto do ponto de vista quantitativo, como do qualitativo. Como agravante, ainda se constata a falta de respeito e o preconceito em relação a algumas religiões o que, em decorrência, leva seus praticantes a se sentirem perseguidos e intimidados.

Porém, felizmente, essa nossa realidade está mudando. Uma conquista considerável se efetivou com o Projeto Curva do S, Espaço Sagrado, no Parque Nacional da Tijuca (Rio de Janeiro). O parque enfrentava uma disputa territorial relacionada ao uso dos seus recursos naturais, locais para práticas religiosas dentro e no entorno de suas áreas, historicamente reconhecidos como espaços sagrados para diferentes tradições culturais; como as afro-brasileiras a as neopentecostais que, desde o século XVII, estão presentes na área que hoje abriga o parque. O projeto reuniu comunidades religiosas, o poder público local, ICMBio e Instituições Acadêmicas, na busca de regulamentação do uso de áreas no interior da UC e, conseqüentemente, da sua conservação (COSTA, 2008).

Outras iniciativas também recebem destaque. Na Bahia, o Parque Municipal de Pirajá (conhecido também como Parque de São Bartolomeu), comunidades de terreiro de candomblé e umbanda, articulados com associações ambientais baianas, chegaram a propor a inclusão, nos limites do parque, de 77 áreas próximas e com recursos naturais importantes para as tradições religiosas afro-brasileiras locais, e que ficaram de fora da lei de criação da unidade de conservação.

Outra iniciativa de relevância foi realizada pelo Parque Municipal de Nova Iguaçu, o qual, através da educação, vem promovendo nas escolas o combate à intolerância religiosa. O projeto valoriza a cultura afrodescendente, na escola e fora dela, promove a reflexão e o resgate da cultura, incentiva o posicionamento crítico construtivo para reconhecer e valorizar a diversidade, além de quebrar paradigmas quanto ao uso da natureza nas suas práticas.

No contexto do catolicismo, diversas UC fazem parte dos trajetos de roteiros de peregrinação e romarias religiosas que contam, em alguns casos,

com regras especiais que vêm sendo estabelecidas no Plano de Manejo das UC; como é o exemplo do Parque Estadual da Serra dos Pirineus, cenário de uma romaria realizada anualmente na noite de lua cheia do mês de julho. Via de regra, essa UC não permitem a prática de *camping* no seu interior, mas na semana dessa procissão religiosa se concede uma exceção para tal (FERNANDES-PINTO, 2017). No Parque Nacional da Amazônia, o Plano de Manejo narra a história da sacralização de um local no interior da UC, onde se erigiu uma pequena capela em homenagem a São João da Mata que é objeto de uma peregrinação anual que percorre cerca de 30 km dentro da unidade.

Na Estação Ecológica Juréia-Itatins, no Estado de São Paulo, mesmo sendo essa a categoria de UC mais restritiva – que permite visitação pública somente com objetivos educacionais – há um regramento específico que prevê uma exceção para a realização da procissão tradicional que cruza a UC até a cidade de Bom Jesus de Iguape (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS NEVES, 2017).

Os exemplos citados ilustram processos bem-sucedidos, os quais demonstram que, com boa vontade, união e desenvolvimento de políticas e ações públicas, é possível conciliar a implementação e gestão de UC com o uso público religioso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho possibilitou uma visão sobre o uso público religioso sob dois olhares diferentes, considerando que essa discussão carece de revisões, alterações e leituras multidisciplinares. Os conflitos entre os grupos religiosos (usuários religiosos) e os gestores de áreas protegidas não são recentes, visto que na medida em que avança a discussão sobre a preservação dos recursos naturais eles se tornam ainda mais acirrados.

Com base no que foi apresentado, todas as perspectivas sobre o uso público religioso precisam convergir e interagir para que o tema seja convenientemente tratado, demonstrando que as expressões religiosas podem coexistir com a natureza e, conseqüentemente, com as UC; configurando-se esses

espaços sagrados como lugares de conservação ambiental e cultural para as gerações presentes e futuras. No Brasil, as iniciativas de uso público religioso são ainda pontuais e têm se delineado, quase que exclusivamente, a partir de instrumentos locais e acordos firmados. Mas, para que se possa avançar na direção de efetivas políticas públicas, é essencial que se desenvolvam estratégias inovadoras de gestão territorial das UC, capazes de interagir com políticas públicas socioculturais e de proteção da natureza, fortalecendo parcerias entre a gestão pública e os grupos sociais envolvidos.

Nessa direção, a união pode representar um elo de convergência de interesses entre os grupos sociais e os gestores, potencializar os modos culturais diferentes do hegemônico, conciliando-os com a conservação ambiental; considerando que há séculos muitas comunidades religiosas possuem espaços sagrados em áreas protegidas sem que isso venha a afetá-las radicalmente, como acontece na sociedade tecnológica em que vivemos.

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. S. Ética, Direitos Humanos e Diversidade. **Cadernos Especiais**, v. 37, p. 1-13, 2012.

BARROS, M.I.A. **Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. 2003. 121 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

BENSUNSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BENSUSAN, N. Diversidade e unidade: um dilema constante. Uma breve história da ideia de conservar a natureza em áreas protegidas e seus dilemas. *In*: BENSUSAN, N.; PRATES, A. P. (org.) **A diversidade cabe na unidade? Áreas protegidas no Brasil**. Brasília: IEB, 2014.

BERBAUM, E. Great Smoky Mountains (shagonage) and Qualla boundary: Tennessee and North Carolina, southern Appalachian Mountains, United States of America. *In*: MALLARACH, J. M.; PAPAYANNOS, T. (ed.) **Nature and Spirituality in Protected Areas**: Proceedings of the *first* workshop of the Delos Initiative. Barcelona: IUCN, 2007.

CASES, M. O. (Org.). **Gestão de Unidades de Conservação**: compartilhando uma experiência de capacitação. 1. ed. Brasília: WWF-Brasil, 2012.

CAVALCANTE, R. B. **Ide pelo Mundo inteiro e anunciai o evangelho**: as práticas sociais e religiosas do PIME em Parintins. 2019. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia, Instituto de Filosofia Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

CEBALLOS-LASCURAIN, H. **Tourism, ecotourism and protected areas: the state of nature-based tourism around the world and guidelines for its development**. 1. ed. Geneva: IUCN, 1996. Suíça: IUCN, 1996.

COSTA, L. M. **A Floresta Sagrada da Tijuca**: Estudo de Caso de conflito envolvendo uso público religioso de Parque Nacional. 2008. 398 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CREMA, A.; FARIA, P. E. P. (org.). **Orientações metodológicas para elaboração de planos e uso público em unidades de conservação federais**. 1. ed. Brasília: ICMBio, 2019.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. Política e Gestão Ambiental. *In*: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (org.). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 1. ed. São Paulo, HUCITEC, 1994.

DIEGUES, A. C. Água e Cultura das Populações Tradicionais Brasileiras. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL GOVERNANÇA DA ÁGUA*. 1., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: NUPAUB, 2007. p. 1-20.

DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M. T. J. **Biodiversidade**: a hora decisiva. 2. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2007.

DUDLEY, N. Where now for protected areas? Setting the stage for the 2014 World Parks Congress. **Oryx**, v. 48, n. 4, p. 496-503. 2014.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERNANDES-PINTO, E. **Sítios Naturais Sagrados do Brasil**: inspiração para o reencantamento das áreas protegidas. 2017. 423 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

GONÇALVES, J. C. Homem-natureza: uma relação conflitante ao longo da história. **Saber Acadêmico**, Presidente Prudente-SP, v. 6, p. 171-177, 2008.

GUHA, R. The Paradox of Global Environmentalism. **Current History**, v. 99, n. 640, p. 367-370, 2000.

HENDEE, J. C.; STANKEY, G. H.; LUCAS, R. C. **Wilderness Management**. Golden: North American Press, 1990.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Roteiro Metodológico de Planejamento**: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. 1. ed. Brasília: IBAMA, 2002.

KLOSE, I. M. A. L.; CORRÊA, A. M. A unidade de conservação e sua relação com patrimônio e memória no Brasil. *In: COLÓQUIO IBÉLICO DE GEOGRAFIA*, 14., 2014. Minho. **Anais...** Minho: Associação Portuguesa de Geógrafos, 2014. p. 1407-1413.

KOTHARI, A.; CAMILL, P.; BROWN, J. Conservation as if People also Mattered: Policy and Practice of Community-based conservation. **Conservation and Society**, v. 11, n. 1, p. 1-1, 2013.

LEWINSOHN, T. L.; PRADO, P. I. Quantas Esécies há no Brasil? **Megadiversidade**, v. 1, p. 36-42, 2005.

MACHADO, L.G.S. Homem, religião e natureza: o projeto da filosofia do futuro em Ludwig Feuerbach. **Filogenese**, Marília, v. 2, n. 7, p.15-26, 2014.

MACIEL, G.G.; GONÇALVES, R.S. Educação ambiental e mediação de conflitos neopentecostais no Parque Nacional da Tijuca. **Argum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 134-149, 2017.

MARTINÉZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais**. Brasília: MMA, 2005. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2005.

MOREIRA, L.A. **Unidades de Conservação**: Análise dos Conflitos e das Potencialidades Socioambientais. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2018.

NASCIMENTO, E. P. Os conflitos na sociedade moderna. In: BURZSTYN, M. (org.). **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

OLIVEIRA, M. M. D.; MENDES, M.; HANSEL, C. M; DAMIANI, S. (org.). **Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade**. 1. ed., Caxias do Sul: EducS, 2017.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS NEVES IGUAPE (São Paulo). Santuário Senhor Bom Jesus de Iguape. **Histórico**. 2017. Disponível em: <<http://www.senhorbomjesusdeiguape.com.br/artigo/>

historia-da-imagem-do-senhorbom- jesus-de-iguape.html>. Acesso em: 11 mar. 2021.

PASSOLD, A. J.; KINKER, S. M. S. Visitação sustentável em unidades de conservação. *In*: PHILIPPI JÚNIOR, A.; RUSCHAMANN, D. V. D. (ed.). **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo**. Barueri: Manole, 2010.

PATTANAIK, S. Conservation of environment and protection of marginalized fishing communities of lake Chilika in Orissa, India. **Journal Hum Ecol**, v. 22, n. 4, p. 291-302, 2007.

PESSOA, M.A; RABINOVICI, A. Inserção comunitária e as atividades do turismo. *In*: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (org.) **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, 2010. p. 105-123.

PIMENTEL, D. S. Parcerias para a gestão do uso público em parques. *In*: VALLEJO, L. R.; PIMENTEL, D. S.; MONTEZUMA, R. C. M. (org.). **Uso Público em Unidades de Conservação: planejamento, turismo, lazer, educação e impactos**. Niterói: Ed. Alternativa, 2015.

RAIMUNDO, S.; PACHECO, R.; COSTA, B. M. Construindo um Programa de Uso Público para Unidades de Conservação e Áreas Metropolitanas: a experiência dos parques naturais municipais de Itapeverica da Serra e Embu das artes – RMSP-SP. **Olam: Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 11, n. 1, p. 196-221, 2011.

SARMINENTO, F.; BERNBAUM, E.; BROW, J.; LENNON, J.; FEARY, S. Managing Cultural Uses and Features. *In*: WORBOYS, G.L.; LOCKWOOD, M.; KOTHARI, A.; FEARY, S.; PULSFORD, I. **Protected Area Governance and Management**. Canberra: Anu Press, 2015. p. 685-714.

SCHAAF, T. **Sítios Sagrados - Integridad Cultural y Diversidad Biológica: Um Nuevo Proyecto de la UNESCO**. Paris: UNESCO, 2002.

SILVA NETO, R.F. Uso público de unidades de conservação federais: apontamentos sobre as modalidades de delegação. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v. 17, n. 3.405, 2012, p. 1-2.

SUASSUNA, D. **Um olhar sobre políticas ambientais:** Projeto TAMAR. Brasília: Thesaurus, 2007.

TAKAHASHI, L.Y. Uso público em Unidades de Conservação. **Cadernos de Conservação**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 1-40, 2004.

THEODORO, S. H. Mediação de conflitos socioambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

TERBORGH, J.; SCHAIL, C.; DAVENPORT, L.; RAO, M. (org.). **Tornando os parques eficientes:** estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. 1. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

VALLEJO, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. **Rev Eletr Uso Público em Unidades de Conservação**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 13-26, 2013.